

Quem banca as contratações?

Durante as negociações entre Fórum das Seis e Cruesp, os reitores anunciaram, ainda para este ano, um número expressivo de contratações. O impacto gerado por elas foi inserido nas folhas de pagamento como argumento para a impossibilidade de concessão de reajustes maiores nesta data-base.

No caso da Unesp, seriam cerca de 200 servidores docentes e igual número de servidores técnico-administrativos. Ocorre que este procedimento infla a folha de pagamento significativamente, embora ainda estejam sendo feitas contratações autorizadas em 2008 e previstas no orçamento daquele ano. Por outro lado, parece difícil acreditar que, daqui para o final deste ano, sejam viabilizadas essas 400 contratações, dado a burocracia necessária para concretizá-las. O cálculo deste impacto e o peso específico que ele representa na folha de pagamento são itens ainda não completamente esclarecidos pelo Cruesp.

Quando cita “as contratações de docentes e servidores técnicos e administrativos para este ano – consideradas unanimemente pela comunidade universitária como urgentes e prioritárias”, em texto endereçado à comunidade unespiana, em 23 de junho de 2009, a reitoria da Unesp esquece alguns detalhes importantes. Não menciona, por exemplo, que parte considerável delas destina-se aos sete novos *campi* e aos cursos novos criados no último processo de expansão de vagas.

O problema é que, quando este processo começou, o então governador, Geraldo Alkmin, acenou com a possibilidade de aumentar a dotação orçamentária das universidades públicas paulistas (na Lei de Diretrizes Orçamentárias), mas não o fez. Desde então, a universidade recebia recursos extra-limite na Lei Orçamentária (LOA) a título de expansão. Esses recursos não constam na LDO 2010.

Portanto, na prática, estaremos, daqui para frente, arcando integralmente com o financiamento daquela expansão com o mesmo percentual de ICMS. Diante disto, pouco ou nada fizeram as três reitorias para reverter a situação e buscar mais recursos na quota parte do ICMS. Esse comportamento revela que optaram por financiar a expansão de vagas com os nossos salários.

Respeito com quem constrói a Universidade!

Categoria exige aumento do auxílio alimentação e negociação do conjunto da Pauta Específica

Elevação do teto do benefício, proposto na última reunião, é considerada insuficiente pelos servidores

Após a negociação entre Sintunesp e reitoria, no dia 24/6, sobre a Pauta Específica, a avaliação majoritária na categoria, expressa nas assembleias, é de que as propostas apresentadas são insuficientes e não contemplam a maioria dos servidores, que recebem os menores salários. A categoria merece mais e a universidade pode oferecer mais!

A reitoria centrou a negociação em três pontos: auxílio alimentação, auxílio criança e precatórios (*veja detalhes abaixo*). O aumento do teto para pagamento do auxílio alimentação foi visto com bons olhos, mas a maioria considera que o valor do benefício precisa ser reajustado.

Vamos seguir na luta

O Sintunesp reivindica da reitoria o agendamento de nova reunião, o quanto antes, para prosseguimento da negociação da Pauta Específica. Queremos o aumento do auxílio alimentação (isonomia entre as universidades); agilidade no pagamento da promoção prevista no Plano de Carreira; revisão do pagamento de diárias, equiparando os valores dos níveis superior e médio; fim das contratações via fundações e abertura imediata de concurso público via Universidade; suspensão imediata das terceirizações na Universidade, entre outros.

A disposição de luta demonstrada pelos servidores técnico-administrativos nesta data-base, com boa parte das unidades aderindo à greve e participando dos atos públicos, é prova de que podemos avançar nas conquistas. Para isso, é preciso manter acesa a chama da mobilização.



Os servidores da Unesp deram uma demonstração clara de garra nesta greve: mobilização continua pela Pauta Específica

O que foi oferecido

1) **Auxílio-alimentação:** O reitor anunciou o aumento do teto para recebimento do benefício, dos atuais 3.443,66 (6 vezes o Salário de Referência) para R\$ 5.164,74 (9 vezes o Salário de Referência). A tabela de reembolso (percentual pago pelo servidor) também sofreu alteração, passando a isentar as faixas de até 4 salários de referência, conforme abaixo.

2) **Auxílio-criança:** O valor será reajustado em 50%, passando a R\$ 300,00. Contempla as unidades que não dispõem de CCI. Segundo o reitor, está em estudo no CADE uma proposta de revisão dos critérios de concessão do auxílio-criança para portadores de necessidades especiais.

3) **Precatórios:** O reitor anunciou que o valor aprovado no orçamento previsto para pagamento de precatórios ainda neste ano (R\$ 5 milhões) subirá para R\$ 10 milhões.

A tabela de reembolso passa a ser:

Faixa	Valor do reembolso	Situação	Nº de servidores
Até 2 SR*	0%	Isento	212
Acima de 2 até 3	0%	Isento	1.189
Acima de 3 até 4	0%	Isento	1.651
Acima de 4 até 5	12% do benefício	R\$ 33,03	1.177
Acima de 5 até 6	14% do benefício	R\$ 38,53	782
Acima de 6 até 7	16% do benefício	R\$ 44,04	821
Acima de 7 até 8	18% do benefício	R\$ 49,54	430
Acima de 8 até 9	20% do benefício	R\$ 55,04	410

*SR: Salário de Referência (atualmente em R\$ 573,66).

Obs: Tabela válida a partir de agosto

Representantes questionam limitação nas Bolsas de Complemento Educacional

Na reunião do Conselho Universitário do dia 25/6, os representantes do “Chapão das Entidades” questionaram o reitor sobre o fato de que o Programa de Bolsas de Complemento Educacional ficou limitado às solicitações feitas até 05/05/2009. O professor Hermann disse que parou o programa para “melhor elaborar os critérios de distribuição das bolsas”. Ele garantiu que os servidores que já recebem a bolsa não terão interrupção e que “sugestões que auxiliem na melhoria do Programa serão bem vindas”.